

# Lopes acha que estagflação demora

Arquivo 20.02.89

O economista Francisco Lopes, da Macrométrica, previu ontem, durante o seminário de comemoração dos 25 anos do Instituto Nacional de Pesquisa Econômica e Social (Ipea), que a inflação a ser assumida pelo próximo Governo, em março de 1990, será seguramente superior a 50% ao mês. Apesar disso, ele acha preferível o atual Governo ir "tocando o barco" do que se aventurar em novas decisões de impacto que, uma vez fracassadas, trariam o risco de uma hiperinflação.

O combate decisivo à inflação, segundo Chico Lopes, deve ser feito no início do próximo governo no auge da sua credibilidade, e deve seguir uma receita que é consenso entre os economistas, envolvendo ajuste fiscal, ajuste monetário e reforma do Estado. Para o economista, entretanto, o mais importante é começar tudo pelo ajuste monetário, e não pelo ajuste fiscal (corte de despesas e aumento de receitas).

## Desindexar

O ajuste monetário será capaz de reduzir drasticamente a utilização da "quase-moeda" no Brasil (títulos públicos e papéis privados com grande liquidez), desindexando a economia e transformando a política monetária de passiva emativa. Este ajuste monetário, segundo Francisco Lopes, também gerará um efeito positivo na redução do déficit público, através de um ganho no giro da dívida pública a um nível baixo de inflação.

Chico Lopes diz que o Brasil vive hoje num mundo pior do que o da hiperinflação. "Esse, pelo me-



**Lopes critica ação drástica**

nos, é de curta duração, sempre que é atingido. O mundo em que vivemos, contudo, o da estagflação (inflação alta sem crescimento econômico), é muito mais perverso, porque é prolongado, e pode se manter indefinidamente".

Segundo Chico Lopes, o ajuste fiscal requerido para equilibrar hoje as finanças públicas teria de ser capaz de viabilizar uma economia de recursos (elevação de receita e redução de despesas) entre 5 a 9%

do PIB. Se precedido de um ajuste monetário, contudo, esse impacto seria reduzido drasticamente.

## Decálogo

Um outro expositor no seminário de ontem do Ipea, o economista Roberto Cavalcanti, atualmente professor da Escola Superior de Guerra (ESG), traçou a agenda da década de 900 no seguinte decálogo: 1) instituição de uma estrutura democrática de planejamento e decisão; 2) regulamentação do sistema de Planejamento idealizado pela nova Constituição, que ele considera bastante confuso; 3) elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento; 4) restabelecimento das funções do Estado e do setor privado; 5) inter-relações entre as esferas de governo (federal, estadual e municipal) de forma mais harmonizada; 6) estabelecimento de uma convivência mais harmônica entre o Executivo e o Legislativo; 7) reorganização da Administração Pública; 8) modernização das empresas estatais; 9) maior controle da sociedade sobre o Estado; e 10) maior eficiência na gestão político-administrativa.

Já o economista Eustáquio Reis, técnico do Ipea, propôs como contraponto ao processo de privatização de alguns setores, a reestatização de alguns setores vitais, incluindo entre eles a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Vale do Rio Doce. Ele disse achar um absurdo essas empresas terem ações entregues ao setor privado, servindo de mola especulativa nas bolsas. "O Estado deve ter 100% das ações dessas empresas", ressaltou.